

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A BAIXA VISÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ORTOGRÁFICA

Susana Tieko Saito Sinhorette (IC) e Alexandre Huady Torres Guimarães (Orientador)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

O ensino da ortografia é considerado primordial na vida de todo cidadão, entretanto, este foi um dos únicos campos da Língua Portuguesa que não teve avanços significativos nas últimas décadas, levando-se em conta, principalmente, as práticas docentes. Este artigo pretende elencar os principais pontos do processo de aprendizagem ortográfica, discutindo não apenas as dificuldades dos alunos da educação básica, mas, também, as dificuldades enfrentadas por alunos de baixa visão. Constatou-se que, nas últimas décadas, foi e continua sendo crescente a efetivação de matrículas de educandos deficientes na rede de ensino, seja pública ou privada, que necessitam de atendimento especial. A legislação vigente garante a inclusão e o suporte às pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência nas redes de ensino regular, porém, mesmo com as devidas atenções, quando se trata da baixa visão, por estar inserida em uma categoria intermediária entre pessoas que enxergam normalmente e pessoas consideradas cegas, ainda há alguns problemas de adaptação, pois, os materiais didáticos ou de apoio, por exemplo, não são totalmente acessíveis (sem descrição de textos não-verbais ou produzidos em Braille, sistema que nem todo deficiente visual tem conhecimento) e a dificuldade em visualizá-los, consequentemente, pode ocasionar um déficit no aprendizado, principalmente quando relacionados às associações gráficas.

PALAVRAS-CHAVE: baixa visão; educação inclusiva; ortografia.

ABSTRACT

Teaching spelling is very important for all citizen. However, it was one of the only courses in Portuguese language that had no significant progress in teaching practices. This article aims to list the main points of orthographic learning process, discussing not only the difficulties of students in basic education, but also the difficulties faced by students with low vision. We can notice that, in recent decades, schools, whether public or private, have been a crescent registration of students who need special care. The legislation ensures inclusion and support to all people with any kind of disability in regular school systems. However, even with proper treatment, when it refers to low vision, to be inserted in an intermediate category between people who normally sighted and people considered blind, there are still some adaptation problems. Didactic books, for example, are not fully accessible (there are not

pictures description or they are produced only in Braille). Moreover, the difficulty in viewing them, thus may cause a deficit in learning, especially when it is related to graphic associations.

KEYWORDS: low vision; inclusion education; orthography.

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, mais de 6,5 milhões da população tem algum grau de deficiência visual permanente. Dessa parcela, mais de 90% das pessoas são diagnosticadas como portadoras de baixa visão, ou seja, enxergam com dificuldades, mas não se enquadram nos níveis padrões de normalidade.

Mais precisamente, a baixa visão caracteriza-se pela acuidade visual inferior a 30% no melhor olho, com as devidas correções de grau. Essa condição é desconhecida pela maioria das pessoas leigas, inclusive o próprio deficiente, que, muitas vezes, desconhece o próprio diagnóstico e, conseqüentemente, seus direitos como pessoa deficiente.

No âmbito escolar, desde o final do século passado, a legislação garante a inclusão e o suporte aos alunos portadores de deficiência visual, assim como o referencial teórico que auxilia na prática do educador. Entretanto, uma prática eficaz e bem sucedida depende de diversas considerações, dentre elas, além da conscientização, o aprimoramento profissional do docente e a produção e o uso de materiais apropriados que proporcionem a inclusão no sistema regular de ensino, suprimindo, assim, às necessidades básicas do educando.

Mesmo com as devidas atenções voltadas à inclusão de deficientes visuais na educação, a baixa visão ainda enfrenta problemas de adaptação, pois, uma vez que essa categoria insere-se em uma posição intermediária entre indivíduos que enxergam normalmente e indivíduos que possuem visão zero, os materiais didáticos, por exemplo, ou são produzidos em uma fonte padrão ou em Braille, sistema que nem todo deficiente visual tem conhecimento. A elaboração desses materiais em formato ampliado ainda envolve um custo elevado para as editoras, que disponibilizam apenas o material multimídia como opção acessível.

Em relação à categorização da deficiência, o indivíduo com baixa visão ainda tem visão suficiente para realizar atividades cotidianas com autonomia e, por esse motivo, muitas vezes, acabam sendo matriculados nas instituições educacionais sem informá-los de que há a necessidade de atendimento especial.

Conseqüentemente, isso desencadeia uma série de pormenores que comprometem diretamente o bom desempenho do aluno. Sem o uso de recursos ópticos e com uma acuidade visual abaixo de 30%, muitos educandos não conseguem, por exemplo, visualizar com clareza o conteúdo exposto na lousa nem os demais materiais de apoio que não foram adaptados, ocasionando, assim, um possível subdesenvolvimento em seu aprendizado.

Sabe-se que o ensino da ortografia é considerado primordial na vida de todo cidadão. Entretanto, é comum deparar-se com erros ortográficos gravíssimos, sobretudo em textos disseminados pelas mídias sociais, redigidos pelos próprios usuários.

Nas últimas décadas, especialistas na área vêm discutindo a ineficiência dos métodos de ensino tradicionais e, assim, debatendo sobre novos caminhos para o alcance de uma aprendizagem plena por meio de novos métodos. Se comparado a outros campos da Língua Portuguesa, o ensino de ortografia é um dos únicos, se não o único, que não teve alterações significativas nem avanços na metodologia e práticas docentes.

Assim, baseando-se nas considerações elencadas acima, este projeto pretendeu discutir os principais pontos do processo de aprendizagem ortográfica e suas implicações na vida dos educandos, em especial, os de baixa visão.

Ao conceber o fato de que a maioria dos educandos de baixa visão estuda em uma escola regular e que este ainda utiliza a visão, mesmo que limitadamente, para estabelecer associações gráficas e cognitivas, o momento de aquisição da escrita, bem como sua compreensão do funcionamento da língua e a sistematização ortográfica, são alguns exemplos das considerações importantes a serem observadas.

Se o aluno de baixa visão não enxerga a lousa ou o material de apoio, haverá, assim, um possível déficit no seu processo de aprendizagem ortográfica. Esse déficit pode perdurar por toda vida escolar e ocasionar futuras consequências que, provavelmente, não serão reparadas na vida adulta.

O aprendizado de novas palavras, assim como sua composição gráfica, também depende da capacidade de associação visual do aluno, fato que dificulta ainda mais as questões abordadas acima.

Além disso, podemos nos atentar, inclusive, ao fato de que, na maioria das instituições, o ensino de ortografia ainda é tratado de maneira tradicional, resumindo-se a atividades exaustivas de identificações, substituições, ditados, cópias e correções, o que também engloba as dificuldades no aprendizado ortográfico, não apenas dos alunos de baixa visão, mas de todos os discentes da educação básica.

Um estudo como este é favorável para a área de Letras, principalmente na licenciatura, para elucidar as dificuldades comuns dos educandos, em especial os de baixa visão, durante o processo de aprendizagem ortográfica. Pretendeu-se, assim, discutir e aprimorar práticas educativas que contribuam para uma educação inclusiva eficiente. A elaboração deste projeto justifica-se, principalmente, pelo fato de que a maioria das instituições ainda não estão plenamente adaptadas para oferecer suporte especializado aos discentes que ingressam no ensino regular.

A partir das discussões sobre práticas educativas relacionadas à ortografia e das considerações que acercam a educação inclusiva dos alunos de baixa visão no ensino regular, esse artigo ressaltou também a importância de debater e colocar em prática métodos eficazes que auxiliem na formação de um cidadão, além de elencar os principais pontos de dificuldades, confrontando os métodos tradicionais e a sua aplicabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto aos referenciais teóricos nos quais o presente projeto baseou-se, três frentes foram adotadas: a concepção das aulas de ortografia, as considerações relevantes da educação inclusiva relacionada à baixa visão e a importância do uso de meios eficazes que assegurem ao aluno o aprendizado do sistema ortográfico.

Em relação ao ensino de ortografia, a implementação do projeto pretendeu seguir as propostas discutidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), em que a ortografia deve ser tratada como uma porta de entrada para refletir a respeito da modalidade escrita da língua.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) foram elaborados com o objetivo de estabelecer matrizes que sirvam de referência aos professores na busca de abordagens e metodologias. Baseados em competências básicas que inserem o jovem na vida adulta e orientam o educador no aprimoramento das práticas pedagógicas, a intenção é ampliar e aprofundar discussões que envolvem as escolas, os pais, os governos e a sociedade, dando início a uma transformação positiva no sistema educacional brasileiro.

No que concerne a disciplina de Língua Portuguesa nos ciclos finais do Ensino Fundamental, os PCN elencam os principais aspectos que devem ser considerados no ensino da ortografia, como o incentivo ao aluno em descobrir o funcionamento do sistema grafofonêmico e a análise da relação entre a fala e a escrita. Assim, dois eixos fundamentais devem ser articulados como estratégias de ensino:

- privilegiar o uso regular da escrita, permitindo que o aluno compreenda que agrupando e classificando as palavras é possível associar características que indicam o emprego de determinadas letras e
- dar preferência ao tratamento dos usos irregulares dos casos que ocorrem com maior frequência (por exemplo: cessão, sessão ou seção), dando maior relevância temática.

O aprendizado de novas palavras, inclusive de sua forma gráfica, não se esgota nunca. Assim, mais do que investir em ações intensivas e pontuais, é preferível optar por um trabalho regular e frequente, articulado à seleção lexical imposta pelo universo temático dos textos selecionados (BRASIL, 1998, p. 85).

Em contrapartida, também é discutido, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o modo como o ensino tradicional continua interferindo no aprendizado ortográfico. “Infelizmente, a ortografia ainda vem sendo tratada, na maioria das escolas do ensino fundamental, por meio de atividades de identificação, correção de palavra errada, seguidas de cópia e de enfadonhos exercícios de preenchimento de lacunas” (BRASIL, 1998, p. 85). Esses métodos, na realidade, não são fatores determinantes para que o educando escreva melhor, pois a

[...] memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção (FREIRE, 2015, p. 56).

Em relação às considerações sobre a educação inclusiva dos alunos com baixa visão, este projeto teve como base, além da questão legal, obras e artigos de apoio elaborados por equipes vinculadas ao Ministério da Educação, que orientam e discorrem sobre os principais aspectos relacionados à educação inclusiva e aos alunos deficientes visuais. São elas: *Atendimento educacional especializado: deficiência visual* (2007), *Deficiência visual* (2000), *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* (2001), *Documento subsidiário à política de inclusão* (2005) e *Saberes da inclusão: Saberes e práticas da inclusão - desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão* (2006).

Também foram consultados os fundamentos abordados na obra *Baixa visão e cegueira: caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2009), que enfatiza a renovação de estratégias que apontam para um modelo moderno de apoio à educação inclusiva e à reflexão sobre práticas pedagógicas.

De acordo com o senso escolar de 1998, o número de educandos matriculados em salas comuns na educação regular que necessitavam de atendimento especializado era cerca de 200 mil. Em 2014, esse número aproximou-se dos 700 mil, fato que evidencia, cada vez mais, a necessidade de debates e considerações acerca da educação inclusiva.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, entretanto, somente a partir do início deste século é que houve um aumento significativo de alunos com necessidades especiais matriculados em escolas de ensino regular. Isso porque a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de dezembro de 1996, regulamentou o artigo referente à educação inclusiva, cujo atendimento especializado passou a ser gratuito e destinado, também, a educandos com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, não

mais, exclusivamente, aos alunos considerados deficientes. O termo "mobilidade reduzida" refere-se àqueles que não se enquadram no conceito de pessoa portadora de deficiência, ou seja, são indivíduos que têm, por qualquer motivo, dificuldade de locomoção permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou sensorial.

Existem diversos graus de dificuldades relacionados à baixa visão. Por esse motivo, e por conta das inúmeras patologias que comprometem a visão, é muito difícil agrupar todas as necessidades especiais de cada educando, fato que torna ainda mais complexa a adaptação plena da educação inclusiva voltada a esses alunos. "Uma definição simples de visão subnormal é a incapacidade de enxergar com clareza suficiente para contar os dedos da mão a uma distância de 3 metros, à luz do dia; em outras palavras, trata-se de uma pessoa que conserva resíduos de visão" (BRASIL, 2000, p. 06).

Desse modo, apoiando-se nos conceitos acima relacionados e utilizando a base pedagógica de autores especialistas no assunto, este artigo pôde relacionar o ensino de ortografia na disciplina de Língua Portuguesa às dificuldades enfrentadas por educandos de baixa visão.

METODOLOGIA

Dentre os parâmetros que guiam o ensino de ortografia, no caso das palavras regulares, existem três tipos de correspondências de ordem fonográfica: as regularidades diretas (relação letra-som), as contextualizadas (relação letra-som inserida em um contexto) e as morfológico-gramaticais (relação letra-som de natureza gramatical). Por outro lado, nas palavras irregulares, o princípio é diferente, já que nestas não há regras que definam o uso de determinadas letras.

Se percebemos que os erros ortográficos têm causas distintas, podemos abraçar a ideia de que a superação de erros diferentes requer estratégias de ensino-aprendizagem diferentes. Isto é, para avançar na superação de erros distintos, o aluno precisa ser ajudado a usar diferentes modos de raciocinar sobre as palavras. Com base na distinção entre regular e irregular, o professor poderá organizar mais claramente seu trabalho, decidindo o que o aluno precisa memorizar e o que ele pode compreender (MORAIS, 2003, p. 28).

Sabe-se que o ensino da ortografia é considerado primordial na vida de todo cidadão. Entretanto, é comum deparar-se com erros ortográficos, sobretudo em textos disseminados pelas mídias sociais, redigidos pelos próprios usuários. Nas últimas décadas, especialistas na área têm discutido a ineficiência dos métodos de ensino tradicionais e debatem sobre novos caminhos para o alcance de uma aprendizagem plena, por meio de

novos métodos. Se comparado a outros campos da Língua Portuguesa, o ensino de ortografia é um dos únicos, se não o único, que não teve alterações significativas nem avanços na metodologia e práticas docentes.

Na maioria das vezes, as escolas continuam não tendo metas que definam que avanços esperam promover nos conhecimentos ortográficos dos aprendizes a cada série do ensino fundamental. Nesse espaço de indefinição, a ortografia continua sendo mais um objeto de avaliação, de verificação, que de ensino. Em lugar de criar situações de ensino sistemático, a atitude de muitos educadores parece relevar mais uma preocupação em verificar se o aluno está escrevendo corretamente. Isso fica muito claro, por exemplo, no modo como tradicionalmente se realizam os ditados na escola (MORAIS, 2003, p. 53).

Embora a ortografia seja tratada como item primordial na vida de todo cidadão, pouco se aplica ao ensino ortográfico o uso funcional do sistema. Nesse ponto, discute-se, então, a importância de se utilizar exemplos que contextualizem o educando dentro de uma realidade na qual este possa estabelecer associações e reflexões sobre o funcionamento e organização sistêmica da grafia.

Estimular e interagir, partindo de algo que o educando familiarize-se, ajuda a despertar a curiosidade, que é o ponto de partida para a aquisição de conhecimento. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da fertilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (FREIRE, 2015, p. 85).

O uso de jogos, por exemplo, é uma excelente alternativa para estimular e promover a autonomia do educando, além de ampliar a capacidade cognitiva, estimular a criatividade e o trabalho em equipe.

Os jogos lúdicos permitem uma situação educativa cooperativa e interacional, ou seja, quando alguém está jogando está executando regras do jogo e ao mesmo tempo, desenvolvendo ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo (FRIEDMAN, 1996, p. 41).

Nesse caso, a tecnologia é uma importante ferramenta que pode auxiliar não apenas nas práticas pedagógicas, mas, também, na educação inclusiva.

A informática e as tecnologias mudaram radicalmente as oportunidades de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência em todos os campos: educação, comunicação, cultura, lazer, esporte, trabalho e turismo. Sem dúvida o advento da informática foi um divisor de águas para as pessoas com deficiência visual (HADDAD, 2009, p. 490).

Tem sido crescente o investimento em pesquisas e equipamentos que possibilitam a acessibilidade e facilitam a vida diária de portadores de visão subnormal. Acessórios como lupas manuais e eletrônicas, sintetizadores de voz, *softwares* e dispositivos que auxiliam na

leitura e ampliação de textos são apenas alguns dos principais exemplos que conciliam acesso do deficiente visual à informática.

Muitos costumam considerar a palavra deficiente carregada de significados negativos, julgando erroneamente que a pessoa deficiente não é capaz de realizar tarefas com bom desempenho nem acompanhar o restante da sociedade de maneira conjunta, por exemplo, nos estudos ou no trabalho.

No entanto, à medida que vamos conhecendo uma pessoa com deficiência, e convivendo com ela, constatamos que ela não é incapaz. Pode ter dificuldades para realizar algumas atividades, mas, por outro lado, em geral tem extrema habilidade em outras. Exatamente como todos nós. Todos nós temos habilidades e talentos característicos; nas pessoas com deficiência, essas manifestações são apenas mais visíveis e mais acentuadas (BRASIL, 2000, p. 05).

No âmbito escolar, mesmo sentados nas primeiras carteiras, de frente à lousa, muitos educandos têm dificuldades em enxergar o conteúdo exposto. Tendo em vista que a maioria das aulas relacionadas ao ensino de ortografia ainda é atrelada ao tradicional, cujo educador faz uso do ditado e expõe a correção na lousa, fica evidente que alunos com visão subnormal podem sofrer um déficit no aprendizado se não conseguirem visualizar a correção.

Os registros e anotações no quadro negro e outras referências em termos de localização espacial devem ser falados e não apontados com gestos e expressões do tipo aqui, lá, ali, que devem ser substituídas por direita, esquerda, tendo como referência a posição do aluno (BRASIL, 2007, p. 35).

Ainda se, posteriormente, este mesmo aluno copiar o conteúdo do caderno de algum colega, esse ato não engloba as abordagens discutidas nos PCN, pois será apenas um procedimento de cópia e não de associação e análise. Aliás, o ato de copiar, seja do livro, lousa ou caderno, envolve outra problematização: a cópia errada da grafia, o que, como já foi dito, pode acarretar consequências futuras, caso não sejam apreendidas da maneira correta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio de alguns depoimentos coletados em uma famosa rede social, em grupos de pessoas com baixa visão, foi possível obter um panorama geral das dificuldades mais significativas enfrentadas pelos deficientes visuais no ambiente escolar.

Por causa da deficiência visual, e até mesmo se pensarmos nos educandos que foram alfabetizados pelo método fonológico, verificou-se que muitos dos integrantes do

grupo costumam escrever baseando-se apenas no som emitido por cada sílaba, como observa-se no depoimento a seguir:

Depoimento de uma pessoa que estudou até a 2ª. série do Ensino Médio e nunca obteve auxílio dos professores



9 de abril às 18:19

coração batendo mais acelerado! nossa! Muito anciosa! Vcs não tem a noção como estou. Permitam que eu conte um pouco!

Perdi o rezido visual a quase 3 anos. Não foi fácio. Entrei em uma depreção horrível. Perdi totalmente o sentido da vida. O que sempre achei que era besteira ou coisa de quem não tinha o que fazer. Depreção. La estava eu em uma cama totalmente sem vontade de viver. Quem me ajudou? Em primeiro lugar aceitar que eu precisava de ajuda médica. segundo passo: aceitar os remédios. Depois ajuda da família e dos amigos. Quaze 3 anos na depreção e sem vontade de viver. Agora me preparando para esta em um evento como a feira reatec. Nunca imaginei! Deus é fiel!

Por meio desse depoimento, observa-se que em palavras por ela grafadas, como “rezido”, “depreção” e “horrível”, há erros ortográficos provenientes do som emitido, ou seja, baseados em fonemas. Intensifica-se, assim, a importância do papel do professor em situações como essas, em que os alunos, de modo geral, não reconhecem a diferença entre a fala e a escrita.

As pessoas às vezes pensam que a ortografia é uma imposição inútil e que tudo ficaria mais fácil “se pudéssemos escrever as palavras tal como as falamos”. Ao “sonhar” com essa ideia, essas pessoas esquecem um dado fundamental: na língua oral as palavras são pronunciadas de formas variadas. [...] Não existe uma única forma de pronúncia correta, assim como não existem argumentos científicos que permitam afirmar que “a pronúncia de tal região é a melhor do Brasil” (MORAIS, 2003, p. 18).

No depoimento seguinte, também de uma pessoa com baixa visão, observa-se uma diferença na escrita, muito provavelmente, porque este aluno está ciente de sua condição e alguns professores auxiliam-no. Um outro problema que se observa em relação à baixa visão é que muitos desconhecem sua própria condição, geralmente, por falta de informação. No caso deste depoimento, tanto o educando quanto os pais e a instituição têm ciência da deficiência.

Depoimento de um estudante de baixa visão – portador da doença Retinose Pigmentar¹ (RP)

Estou no último ano do ensino médio, descobri a rp quando estava na 5° série, pegava maior distância, sentava nas classes mais distantes assim o campo de visão ficava maior, no ensino fundamental preocupavam-se, porém não eram todos, somente quando minha mãe ia nas reuniões escolares e comentava o problema, sobre o fato do rendimento escolar com o material adaptado creio que levaria a melhora de minhas notas pois tive bastante dificuldades em provas com xerox de baixa qualidade onde não dava para enxergar direitos as letras, ou no quadro negro onde escreviam com giz colorido, outros problemas escolares era em dias de chuva ou nublado, ou como até hoje aulas com projetor.

19 de março às 01:18 · Descurtir ·  2

“Talvez uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo portador de deficiência visual resida na falta de uma compreensão social mais profunda a respeito das reais implicações da cegueira, ou da baixa visão” (BRASIL, 2006, p. 34). Ao observar o relato acima, outro tema que deve ser levado em consideração na educação inclusiva é o uso de projetores. Tem se tornado crescente a utilização de equipamentos multimídias em instituições de ensino regular, principalmente em instituições privadas.

Entretanto, muitas vezes, o material preparado em apresentações de *slides*, por exemplo, não atendem a quesitos básicos de acessibilidade, pois são produzidos com fonte pequena, planos de fundo que não contrastam com a cor da fonte ou imagens com baixa definição, o que também ocasiona uma má visibilidade até mesmo para alunos que não possuem baixa visão.

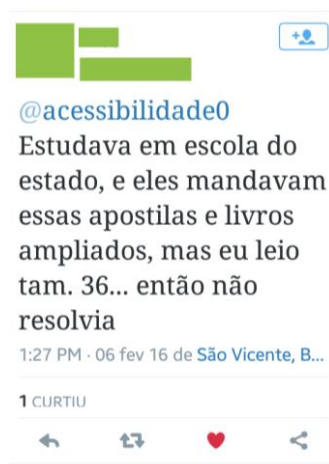
Além disso, agora em relação ao material adotado pelas instituições, cada vez mais, os livros didáticos abordam temas relacionados à interpretação de textos não-verbais, como imagens de charges, tirinhas ou pinturas, e, até o momento, não há nenhuma norma que estabeleça ou regularize a obrigatoriedade da descrição de imagens desses materiais. Ao considerar que o educando com baixa visão não conseguirá interpretar a imagem sem uma descrição prévia, ou que muitos materiais deverão ser adaptados pelo próprio docente, evidencia-se, com isso, a importância do papel do educador na inclusão desse aluno. É relevante destacar que as adaptações devem inserir o aluno de maneira ativa nesse processo.

Há uma diferença entre adaptação e integração. Não somos um animal de adaptação, mas de integração. Quando alguém se adapta a uma situação, é por ela absorvido. Quando alguém se integra, passa a fazer parte. Quando adaptado, é parte, tem uma postura passiva. Quando integrado, faz parte, a postura é ativa (CORTELLA, 2015, p. 21).

¹ Retinose Pigmentar é uma doença de origem genética, sem cura ou tratamento, que provoca a degeneração das células fotorreceptoras da retina. Portadores dessa doença têm o campo visual extremamente reduzido e baixa visão noturna.

No depoimento a seguir, é possível observar como a questão do livro didático interfere na acessibilidade, mesmo que este já esteja adaptado. Isso reafirma a importância de conhecer as necessidades e particularidades de cada educando, para, assim, assisti-lo da maneira adequada.

Depoimento de uma estudante com baixa visão – recém-formada no Ensino Médio.



A inclusão na educação, de certa maneira, é um assunto pouco abordado nos cursos de formação docente. Segundo o depoimento em uma rede social, em maio de 2015, da professora de Educação Básica, Vanessa Neumman Alaniz, as universidades não preparam os futuros docentes para o exercício das práticas inclusivas:

[...] esse ano, pela primeira vez, tenho em minha sala um aluno com baixa visão, motivo pelo qual entrei no grupo em busca de ajuda [...] a maioria das faculdades não está preparada para formar professores capacitados para inclusão. Eu tive que entrar em uma briga para conseguir um professor que me orientasse na área de Educação Especial, [...] para mim, é tão difícil prever as coisas, pois não é minha vivência. Claro que têm coisas que são óbvias e que basta ter um pouco de sensibilidade e cuidado, mas, infelizmente, nós professores, ainda trabalhamos através de observação, tentativa e erro. [...] ouço pessoas defendendo a inclusão com o discurso de que as crianças estão aprendendo com o convívio [...] isso quer dizer que só o convívio é importante? E o trabalho pedagógico? E a aprendizagem dos alunos? Sei de casos onde as crianças sem necessidades especiais estão escrevendo, lendo e criando várias coisas enquanto os alunos com deficiência estão colorindo um desenho ou fazendo colagens como se não fossem capazes de criar uma história oralmente ou outras tantas coisas. Eu sempre busco me colocar no lugar do meu aluno, imagino a sensação de inutilidade que uma criança deve sentir ao ver que todo dia ele só colore e cola enquanto convive com colegas que criam. Fico me perguntando “será que não são capazes mesmo ou será que somos nós que boicotamos a aprendizagem?”

“Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2015, p. 40).

Assim, conclui-se como são fundamentais a reflexão, aprimoramento profissional e a dedicação do docente, não apenas na educação regular, mas, principalmente, na educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às considerações voltadas à educação inclusiva, deve-se levar em conta o fato de que, muitas vezes, o aluno de baixa visão não manifestará suas necessidades ao professor, seja por desconhecer seu diagnóstico ou por não querer impor uma condição especial. Nesse caso, cabe ao docente recorrer a alguns itens básicos de acessibilidade, observando quais são os graus de dificuldades do educando e adaptando materiais que possam auxiliá-lo.

Depoimento de uma aluna – postado em um grupo de baixa visão



21 de maio

Às vezes, fico pensando nessa história de inclusão social, principalmente, na educação. Como aluna, sinto que os professores e as instituições não se preocupam tanto quanto deveriam. Talvez, por causa da minha autonomia, mas nós, que temos baixa visão, não somos 100% autônomos e temos nossas necessidades. E, justamente, sobre essas necessidades é que eu acho que a inclusão deveria refletir.

Tudo parece muito bonito no papel, mas na prática, ninguém parece realmente estar preparado, nem o professor e nem o aluno.

Acho que, na prática, a educação inclusiva deveria prever algumas necessidades básicas do deficiente visual e realizá-las, e não esperar que este tenha de pedir para que a instituição "realize seus pedidos".

Claro que cada um tem suas necessidades, mas creio que alguns problemas de quem tem baixa visão são comuns, como não enxergar a lousa, ter dificuldades em ler fontes pequenas e com impressão ruim, não conseguir visualizar imagens sem uma prévia descrição, etc. Isto pode ser previsto e pensado antes da elaboração de uma aula.

Quando tenho de pedir a um professor que prepare um material especial, sinto como se estivesse pedindo uma esmola. É como se eu estivesse pedindo encarecidamente que não se esqueçam de mim. E, quando não peço, eles, de fato, se esquecem...

Se eles já estão cientes deste fato, eu não deveria ter de pedir... Que tipo de inclusão é essa que, na verdade, nos faz sentir mais excluídos?

 Curtir
  Comentar

A seguir, baseando-se em depoimentos de alunos com baixa visão, alguns dos principais pontos a serem destacados no que diz respeito à acessibilidade dos materiais:

- corrigir avaliações e atividades utilizando canetas com pontas de espessuras grossas, no mínimo, pontas de espessura 0.7;
- fazer anotações utilizando canetas de tonalidade forte, de preferência com tintas em gel, evitando o uso de cores claras, como amarelo, laranja ou rosa;
- utilizar e recomendar lápis de grafite 6B;
- ao utilizar folhas pautadas, atentar-se à intensidade das cores das linhas, pois linhas com tonalidade fraca dificultam a visualização do educando;
- atentar-se a cópias e impressões de materiais cuja tinta esteja fraca ou com falhas;
- ampliar textos que contenham fontes inferiores ao tamanho padrão (12), ou adequar de acordo com a necessidade do aluno;
- não utilizar canetas de quadro negro quando estiverem com a tinta fraca e sempre dar preferência à cor preta;
- sempre que possível, descrever imagens, vídeos e mídias que eventualmente o aluno tenha dificuldades de enxergar;
- caso o aluno não enxergue a lousa, preparar um material específico para que ele não fique ocioso durante a explicação ou tenha de copiar o conteúdo fora do período das aulas.

É um fato que, até o presente momento, as instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, ainda não estão plenamente adaptadas para acolher alunos portadores de deficiências e que alunos de baixa visão, raramente, são observados dentro desta categoria. Entretanto, os pontos discutidos nesta pesquisa podem ajudar a amenizar parte desses problemas de adaptação, pois são alguns desses pequenos atos de conscientização, provenientes da instituição e do professor, que transformam a educação inclusiva em uma educação eficiente.

O maior benefício da educação inclusiva não é apenas inserir um deficiente na sociedade, mas, também, ensinar a todos que o cercam, professores e alunos, a tornarem-se cidadãos mais conscientes nessa rica convivência e troca de experiências.

Quanto ao ensino de ortografia, mesmo que não haja como distanciar-se de métodos tradicionais, como identificação, correção e cópia, cabe ao docente verificar a melhor maneira de atrair o discente, por exemplo, utilizando ferramentas tecnológicas ou, até

mesmo, jogos produzidos manualmente pelo próprio professor ou aluno. Outra opção seria a elaboração de aulas que contextualizem o discente em uma realidade próxima a dele, com personagens de desenhos animados, filmes e seriados, placas de propagandas que ele vê em seu cotidiano ou depoimentos e comentários das principais redes sociais.

Além disso, muitos assuntos podem ser debatidos em sala de aula para que o aluno adquira um senso crítico e reflexivo em relação às normas padrões da língua. Apresentar ao discente apenas o conteúdo que se refere à norma padrão não fará com que ele estabeleça a comparação e a detecção do erro. É preciso mostrar as diversidades e infrações cometidas pelas pessoas no cotidiano, para que haja, assim, uma conexão e compreensão das causas e efeitos quando o assunto refere-se ao uso adequado e inadequado da língua.

Costuma-se vincular a boa escrita ao ato de escrever constantemente, porém, não se pode descartar o fato de que o ato de ler também aprimora a escrita. Sabe-se que o ideal para o educando é conviver com modelos nos quais apareçam a norma padrão, como jornais, revistas e livros. Modelos que ele está habituado a ler, como revistas em quadrinhos ou sinopses de filmes, séries e jogos de videogame, podem servir de ponte para estimular a leitura desses outros veículos de comunicação.

Nesse sentido, não é necessária a apresentação apenas de materiais cuja norma padrão apareça. Mostrar ao aluno modelos que não se adequam à norma padrão, como conversas informais em aplicativos de mensagens ou postagens em redes sociais, também faz com que ele aprenda a distinguir quais são as situações em que a norma padrão está presente e se deve utilizá-la ou não, apreendendo, assim, uma análise crítica da leitura.

Desse modo, o presente projeto pretendeu unir ferramentas tecnológicas aos pressupostos didático-metodológicos expostos nos PCN. Para tanto, discutiu-se a necessidade da elaboração de propostas pedagógicas que sejam significativas para o processo de ensino-aprendizagem das questões ortográficas que mais permeiam o dia a dia das pessoas, atendendo, inclusive, às necessidades dos cidadãos deficientes visuais portadores de baixa visão.

REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. *Jogos para a Estimulação das Múltiplas Inteligências*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova

BRASIL. Ministério da Educação. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar*. Brasília, DF, 1998. Disponível em <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar1998.zip>. Acesso em: 1º. de mai. de 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar*. Brasília, DF, 2014. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2014/caderno_de_instrucoes_censo_escolar_2014.pdf>. Acesso em: 1º. de mai. de 2015.

_____. Lei 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Deficiência Visual* / Maria Gil (org). Brasília: MEC; SEESP, 2000.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* / Ministério da Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2003.

_____. Ministério da Educação. *Documento subsidiário à política de inclusão* / Simone Manieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília: MEC; SEESP, 2005.

_____. Ministério da Educação. *Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC; SEESP, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. *Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão*. Brasília: MEC; SEESP, 2006.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática reflexiva: 6º ano*. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 2012.

CORTELLA, Mario Sergio. *Educação, convivência e ética: audácia e esperança*. 1. ed. São Paul: Cortez Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIEDMAN, Adriana. *Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil*. São Paulo: Moderna, 1996.

HADDAD, Maria Aparecida Onuki; Sampaio, Marcos Wilson; Costa Filho, Helder Alves da Sialys e Mara Olimpia de Campos. *Baixa Visão e Cegueira: os Caminhos para a Reabilitação, a Educação e a Inclusão*. Local: Guanabara Koogan, 2009.

IBGE. *Contagem Populacional de 2010*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de abr. 2015.

MORAIS, Artur Gomes. *Ortografia: ensinar e aprender*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

RONCA, Paulo Afonso Caruso. *A aula operatória e a construção do conhecimento*. São Paulo: Edisplan, 1989.

VIARO, Mario Eduardo. *Etimologia*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CONTATOS: susana.saito@gmail.com e alexandre.guimaraes@mackenzie.br